COMUNICAÇÃO ORAL - MARCADORES SOCIOCULTURAIS, DIVERSIDADE E EDUCAÇÃO FÍSICA

ENTRE O CAPITAL E A EQUIDADE: HÁ ESPAÇO PARA JUSTIÇA SOCIAL NA ESCOLA PRIVADA?

Mariana Dimes Vicente (marianadimes@hotmail.com)

Luis Eduardo Vieira Dias (prof.diasluis@gmail.com)

Thales Rodrigo De Siqueira (tales.621350@gmail.com)

Elisabete Dos Santos Freire (elisabetefreire@uol.com.br)

Este trabalho consiste em um exercício reflexivo que discute a justiça social (JS) na sociedade contemporânea, com foco central no campo da Educação Física Escolar. O objetivo principal é analisar como a Educação Física, fundamentada em uma pedagogia da justiça social, pode colaborar para a consolidação de um ensino democrático e para a transformação da realidade social. O debate é contextualizado pela tensão existente entre a lógica de mercado — que interpreta a justiça de forma individualista e eficientista para atender ao capital — e uma perspectiva ética que defende a JS como um compromisso político e moral pautado na solidariedade e no respeito às diferenças. No âmbito educacional, destacam-se três modelos principais relacionados a diferentes concepções de justiça. O primeiro, centrado no capital

humano, compreende a educação como investimento para a produtividade, enfatizando a meritocracia e desconsiderando as desigualdades de origem entre os estudantes. O segundo modelo baseia-se nos direitos humanos e no acesso universal à educação, mas frequentemente não assegura condições de permanência nem uma aprendizagem significativa. Já o terceiro modelo, orientado pela JS, propõe uma abordagem mais ampla, articulando a redistribuição de recursos, o reconhecimento das diferenças e a participação democrática, com o objetivo de promover equidade de forma efetiva. Embora o conceito de JS seja considerado complexo ou “nebuloso”, defende-se a integração de dimensões filosóficas e práticas para fortalecer seu potencial crítico. Na prática pedagógica, a Educação Física é apresentada como um espaço privilegiado para o desenvolvimento de metodologias participativas que permitam aos estudantes não apenas analisar criticamente as desigualdades estruturais e a opressão como fenômenos históricos e interseccionais, mas também agir sobre elas. Parte-se do pressuposto de que a escola privada tende a operar como vetor de reprodução de privilégios. Nesse sentido, ensinar justiça social nesse contexto não se configura como uma falha do sistema, mas como um ato intencional de resistência e de tensionamento. Ao promover debates sobre desigualdade em um ambiente socioeconomicamente protegido, a professora e professor podem estimular a consciência crítica justamente onde o mercado tende a esperar conformismo. Por fim, o trabalho propõe uma investigação específica sobre a escola privada, questionando as possibilidades e limites de se desenvolver uma pedagogia voltada à justiça social em instituições inseridas na lógica capitalista, buscando identificar práticas docentes que caminham nessa direção. Acredita-se que essa proposta possa contribuir para a construção de práticas pedagógicas mais críticas, inclusivas e democráticas.

Palavras-chave: educação física escolar; pedagogia crítica; ensino democrático.